

Surpresas do início do ano

» ARMANDO CASTELAR

Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do IBRE/FGV

O ano começou com notável valorização dos ativos brasileiros. O real, por exemplo, subiu 8,7% ante o dólar até sexta-feira passada. Frente a uma cesta de moedas de parceiros comerciais, a alta foi de 8,4%, indicando que não foi o dólar que caiu, mas o real que subiu. Da mesma forma, o Ibovespa subiu 7,7% nesse período. Em dólar, portanto, um ganho de 17,1%.

Os fundamentos econômicos e políticos apontavam, porém, na direção contrária, para a desvalorização desses ativos, por diferentes fatores. Um, a alta nos juros. A inflação tem surpreendido para cima e há a expectativa de mais aumentos dos combustíveis, com a subida do preço do petróleo em dólar, e dos preços de alimentos, devido a condições climáticas adversas. O único alívio parece vir de um volume acima do esperado de chuvas, facilitando a retirada da bandeira vermelha nas tarifas de eletricidade. Hoje, espera-se que o BC eleve a taxa Selic mais do que se previa na virada do ano e que a mantenha alta por mais tempo. O mercado precifica uma Selic média de 12,5% nos próximos 12 meses e 11,3% nos 12 meses seguintes. Essas taxas deveriam ter penalizado a Bolsa, como ocorreu em 2021.

Outro fator é a proximidade das eleições e a percepção de que, com reais chances de não ser reeleito, o presidente Jair Bolsonaro adote novas iniciativas de relaxamento fiscal, na linha do enfraquecimento do Teto de Gastos e da PEC dos Precatórios. Não há também visibilidade sobre que política econômica será

adotada a partir de 2023. Tudo isso eleva o risco e pressiona os juros longos.

É fato que juros mais altos, em geral, atraem investidores externos para a renda fixa. Mas isso não ocorreu no ano passado e, com os BCs dos países ricos sinalizando apertos da política monetária, já refletido em taxas mais altas de mercado, o diferencial de juros ficou um pouco menos relevante. De fato, na década passada, quando o BC americano começou a reduzir seu balanço e a subir juros, como promete fazer agora, o resultado foi uma significativa desvalorização do real.

Também surpreende que essa valorização ocorra em um quadro de aumento das tensões geopolíticas, com a piora da relação entre a Rússia e os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em torno da Ucrânia. O padrão histórico é que situações como essa provoquem maior aversão ao risco e fuga de investidores para o dólar, enfraquecendo as moedas das economias emergentes. Em que pese esse impacto ser em geral concentrado no tempo. Dado esse quadro, como explicar a alta da Bolsa e a valorização do real? Aqui entramos no campo das especulações, entre as quais eu sublinharia três.

A primeira e mais óbvia é que os ativos brasileiros estavam — e ainda estão — baratos para o padrão histórico, não tendo se recuperado da queda causada pela pandemia, ao contrário de vários outros emergentes. Em dezembro passado, o real estava 21% abaixo do patamar atingido dois anos antes e 25%

abaixo da média dos 22 anos anteriores. O Ibovespa também seguia abaixo do patamar pré-pandemia, sendo negociado a um múltiplo preço/lucro bastante baixo, próximo ao observado no pior momento da grande crise financeira de 2008/2009. Claro, essa constatação não é nova, não explicando porque a alta se deu agora.

Uma segunda possibilidade é que os investidores, especialmente os estrangeiros, tenham uma percepção menos negativa da situação econômica do país. O ajuste fiscal em 2021 foi notável, com o setor público consolidado registrando superávit primário pela primeira vez desde 2013. A dívida pública segue alta, mas caiu bastante em 2021. A economia, apesar de tudo, deve crescer este ano. E, se não há confiança de grandes reformas, também não parece haver receio de grandes desvios na política econômica do próximo governo.

Uma terceira possível explicação é que, com a alta dos juros, o espaço para a Bolsa americana continuar subindo tenha se estreitado bastante, considerando que as ações já estão sendo negociadas a preços elevados. Os títulos públicos e corporativos também estão caros para o padrão histórico. Assim, com os preços de commodities em alta, nossas ações podem ter se tornado mais atraentes em termos comparativos. Claro, nada disso significa um interesse duradouro nos ativos brasileiros. É, porém, um processo bem vindo, que pode nos ajudar a navegar este difícil ano de 2022.



Mercado livre, pero no mucho

» ELTON DOELER

Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz)

A tão propalada abertura comercial está longe de ter efetividade nas relações entre os países, servindo mais para ornar discursos do que como indutor do desenvolvimento econômico alicerçado no liberalismo. Tanto que, ainda hoje, convivemos com inúmeras barreiras que não só tonificam o protecionismo como subtraem das populações o direito de ter acesso a produtos de diferentes origens, especialmente os alimentícios. É o legítimo faz de conta: o mercado livre, pero no mucho.

O arroz brasileiro é um exemplo do quanto o protecionismo é nocivo. Somos um dos maiores produtores mundiais do cereal, com altíssima qualidade e sanidade, temos uma indústria moderna, eficiente e sustentável e disponibilidade de matéria-prima para atender a demanda nacional e internacional, mas nossas exportações ainda são limitadas pela superproteção imposta por taxas, sobretaxas e regulações. Em razão disso, perdemos mais de US\$ 126 milhões/ano no comércio global.

Esse cenário não é prejudicial apenas ao setor produtivo, mas também aos consumidores, limitando o poder de escolha. Além disso, a excessiva proteção, muitas vezes injustificada, contribui para aumentar a fome nos países mais pobres, restringindo o acesso a um dos bens mais essenciais à vida: a alimentação.

A tendência de superproteção ao produto com valor agregado e os incentivos à importação de matéria-prima são fatores de distorções no comércio mundial, prejudicando

países produtores agrícolas como o Brasil.

O protecionismo não é exclusivo de economias desenvolvidas. O México, por exemplo, estabelece uma cota anual de importação de arroz — em 2021, ela foi aplicada somente para o arroz em casca. Assim, somos taxados em 16% em todas as vendas para o país, inviabilizando nossas exportações de arroz beneficiado.

Imaginem quanto os mexicanos se beneficiariam se tivessem à disposição um arroz 16% mais barato — não somente do arroz, mas diversos produtos que poderiam ter suas tarifas de importação eliminadas com um acordo abrangente de comércio.

Situação ainda pior ocorre na Nigéria, que proibiu o acesso ao mercado de câmbio para o pagamento de importações de arroz, e as importações marítimas, fazendo com que o Brasil deixasse de exportar cerca de US\$ 600 milhões do produto àquele país entre 2013 e 2020. Quem paga a conta é o consumidor nigeriano, com inflação gigantesca e o aumento da fome, aprofundando as desigualdades sociais e a insegurança alimentar.

Com inúmeras travas no comércio, inclusive arrastadas pela desatualização das regras do comércio internacional, seguimos tolhidos do pleno exercício de nossa vocação de grande fornecedor de alimentos do planeta. Embora tenhamos um potencial natural enorme, safras volumosas e sejam competitivos, ainda somos exportadores de matérias-primas não processadas e sem qualquer agregação de valor, reféns de um modelo

colonial que persiste mesmo após quase 200 anos de independência.

O protecionismo é incompatível com a globalização. O unilateralismo inviabiliza o acesso das populações, especialmente as mais pobres, aos alimentos de qualidade e retarda o avanço sustentável das economias em desenvolvimento, retirando-lhes a capacidade de gerar mais emprego, renda e inclusão social.

Não bastasse tudo isso, ainda passamos a enfrentar, com a pandemia de covid-19, problemas na logística internacional. A falta de navios e contêineres resultou na alta expressiva dos preços do transporte marítimo — setor de grande concentração —, inibindo o comércio entre países.

A Abiarroz acredita no liberalismo econômico e entende que esse é o caminho para um fluxo mundial equilibrado, que nos leve ao desenvolvimento sustentável econômico e social. O livre comércio só pode ser praticado em um ambiente com abertura efetiva, de preferência negociada, no qual prevaleçam as aptidões e competitividade de cada país.

Não podemos deixar de lado também as melhorias que precisamos fazer no nosso país. Concomitante com o maior compromisso de inserção internacional, esperamos que o início das negociações para a entrada do Brasil na OCDE seja um marco para melhorar o ambiente de negócios. Com as mudanças necessárias, nossa agroindústria terá ainda mais protagonismo na garantia de segurança alimentar mundial.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ninguém tem razão

Manchetes dos principais jornais nacionais e do mundo amanheceram estampando destaques que alertam para o perigo de uma guerra, de sérias proporções, envolvendo a Rússia e a Ucrânia, no Leste da Europa. Num mundo absolutamente globalizado, possíveis conflitos dessas proporções ameaçam todos, tanto pelas consequências econômicas, humanitárias e políticas geradas, quanto pelos efeitos em cadeia que as guerras acabam gerando.

Caso venha a acontecer, de uma forma ou de outra, sentiremos os efeitos desse embate. Não bastassem as consequências danosas da pandemia da covid-19, e dos impactos, cada vez mais sentidos, das mudanças climáticas e de uma previsível recessão econômica, que muitos analistas apontam no horizonte, uma guerra de grandes proporções, neste momento, abalando boa parte do Leste europeu, pode, com facilidade, levar-nos a uma situação de imenso perigo, com ameaça, inclusive, à sobrevivência da espécie humana.

Os esforços feitos por lideranças europeias para distensionar o ambiente, ao que parece, não têm dado resultados. É sabido que, em guerras, a primeira vítima sempre é a verdade, o que explica a multiplicação de versões, de lado a lado, sobre o desenrolar dos fatos. Em casos de conflito, a tendência do ser humano é sempre buscar informações que levem, não apenas à compreensão dos fatos, mas, sobretudo, a uma tomada de posição contra ou a favor de um dos lados.

A situação ganha um complicador quando se entende que, nesse caso específico, ambos os lados têm suas razões, sendo que a nenhum deles é garantido a razão plena. Como dizia o filósofo austríaco Karl Popper (1902/1994): “Se são dois que estão errados, isso não quer dizer que os dois tenham razão, pois admitir que o outro possa ter razão não nos protege contra um outro perigo: de acreditar que todos talvez tenham razão”.

O fato aqui é que, mais uma vez, em sua longa história, a Ucrânia vê seu território sendo espremido e invadido por potências estrangeiras. No caso atual, o povo ucraniano está no meio do tiroteio entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com os Estados Unidos à frente e a belicosa Rússia. Correndo por fora desse conflito estão as grandes indústrias de armamento, que fornecem para esse cenário os meios materiais para que tudo ocorra.

A Otan, que deveria deixar de existir, tão logo teve fim o império soviético, vem sobrevivendo ao término do Pacto de Varsóvia, embora tenha perdido sua razão de ser. Há ainda o tal do determinismo geográfico, que faz com que a Ucrânia, por sua proximidade física com a Rússia e passado histórico e cultural comuns, encontre dificuldades enormes em se libertar de Moscou.

O razoável — se é que se pode falar em razoabilidade em conflitos armados — seria a transformação da Ucrânia em área neutra, a exemplo do que ocorre com a Suíça, livre da influência das duas grandes potências atômicas. Mas essa é uma medida que parece não interessar nem a Putin nem aos Estados Unidos, muito menos às indústrias de armamento, que estão na expectativa de grandes lucros com a eclosão dessa escaramuça.

Em meio a esses verdadeiros senhores da guerra, está a sociedade civil ucraniana, constituída por mais de 40 milhões de homens, mulheres, crianças e idosos, que terá de partir para outras partes ou morrer debaixo das bombas. Os únicos que parecem ter razão nesse conflito são aqueles que não desejam esse embate, mas que, por isso mesmo, não são levados em conta.

» A frase que foi pronunciada

“Toda a história do mundo pode ser resumida pelo fato de que, quando as nações são fortes, nem sempre são justas, e, quando elas querem ser justas, já não são mais fortes.”

Winston Churchill

Sala de aula

» Lado a lado, a história do Brasil e a dos Correios andam juntas há 359 anos. Nos canais da empresa, nas mídias sociais, professores podem explorar o assunto em sala de aula com riquíssimos detalhes de como evoluiu a entrega de correspondências. Além de curioso, o assunto certamente despertará o interesse da garotada.

Haters que matam

» Hoje, com ultrassom em 3D, a família pode conhecer o bebê ainda no útero da mãe. Todo formado, reage a estímulos, dorme, soluça, troca de posição, seja menina, seja menino. Em 1973, a Suprema Corte norte-americana não tinha ferramentas para reconhecer a vida intrauterina com tanta perfeição. Hoje, a mulher tem o direito de mandar no próprio corpo, não no corpo da criança recém-formada, que também é um ser humano. Quem é a favor do aborto deve encarar os vídeos mostrando o que acontece com o embrião, feto ou criança, durante o procedimento. Lastimável a decisão da Colômbia que descriminaliza o aborto.

» História de Brasília

Novas passagens de nível das tesourinhas estão sendo revestidas. Já foram aprovados os esquemas de iluminação, que será dos mais perfeitos. (Publicada em 17/2/1962)